



SEXO E PODER: A BIOPOLÍTICA DE MICHEL FOUCAULT

Patrícia Marques Freitas¹

Ana Christina Darwich Borges Leal²

RESUMO

O presente trabalho visa estudar a biopolítica sobre a ótica da sexualidade. Por isso foi feito um recorte específico na obra de Foucault, notadamente, sobre *A história da sexualidade, v 1, A vontade de saber*, na qual o autor expõe o dispositivo do sexo como um dos mecanismos de controle da população, igualmente como a medicina também se apresentou como uma tecnologia de poder. Assim, a psiquiatrização do sexo e os programas de eugenia passam a ser as duas grandes inovações da tecnologia do sexo da segunda metade do século XIX, o que contribui para a nova era do biopoder.

Palavras-chave: Sexo. Poder. Biopoder. Biopolítica. Direitos humanos.

1 INTRODUÇÃO

Centrando a análise da biopolítica e do biopoder sobre o sexo, em *História da sexualidade*, mais precisamente em *A vontade de saber*, Foucault questiona a visão comum a respeito da repressão sexual, ele propõe outra linha investigativa na qual o sexo aparece como dispositi-

1 Doutoranda em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Especialista em Direitos Difusos e Coletivos pelo Centro Universitário do Pará, Professora, Pesquisadora e Advogada, associada ao Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e pesquisadora do grupo de “Filosofia Michel Foucault” da PUC/SP e do grupo “Sujeito, normalização e acesso à justiça” do CESUPA, atuando principalmente nas seguintes áreas: Filosofia do Direito, Biodireito/Bioética e Direitos Humanos.

2 Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Mestre e Doutora em Ciências Humanas e Sociais pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ; Professora do Programa de Pós Graduação em Direito do Centro Universitário do Pará - CESUPA.

vo de controle e em que não há exclusão pela repressão, mas pela patologização.

Aparecem as perversões sexuais estudadas pela medicina e cada uma com sua característica específica, a família burguesa e as preocupações com a mulher histérica, a criança onanista, a perpetuação da prole forte e saudável, elementos que formavam o racismo biologizante e que marcaram as campanhas de saúde da época.

A medicina interviu na intimidade dos casais e passou a definir como se comportar, como viver a sexualidade, tudo para garantir o controle da vida e da vida para a produção, que mantivesse a roda capitalista sempre girando.

2 A VONTADE DE SABER

No percorrer do caminho que Foucault trilhou para tratar da biopolítica tem-se em seguida a *História da sexualidade*, V 1, *A vontade de saber*. Nessa obra Foucault enfatiza a importância do controle do sexo por meio, inclusive da medicina, como ponto chave para os mecanismos e técnicas de controle da sociedade e, principalmente, dos corpos dos indivíduos.

No texto sobre o nascimento da medicina social, havia uma necessidade de controle dos indivíduos com o emprego de técnicas que visavam à saúde de determinada comunidade, técnicas essas que obedeciam a esquemas de padronização. A análise, nesse momento, se refere ao sexo.

É preciso saber de antemão que no século XVIII, o surgimento do fenômeno da “população”, como problema econômico e político, foi uma novidade para as técnicas de poder. Desse modo, os governos teriam que lidar com a população e tudo que estivesse relacionado com ela, que eram a natalidade, morbidade, expectativa de vida, fecundidade, saúde, alimentação e moradia. Portanto, no núcleo do problema econômico e político que a população representa encontra-se o sexo. Ora, é preciso saber e analisar a taxa de natalidade, a idade em que as pessoas casam, os nascimentos fora e dentro do casamento, a idade em que se inicia a vida sexual, a frequência com que as pessoas mantêm relações sexuais, as técnicas de fecundidade e de esterilização, o efeito do celibato, a incidência das práticas contraceptivas.

Para Foucault (2015, p.29):

É verdade que já há muito tempo se afirmava que um país devia ser povoado se quisesse ser rico e poderoso. Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos para um discurso em que a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção.

Nas sociedades modernas o sexo não ficou obscurecido como antes, o que ocorre é que ele é valorizado como o segredo, e do qual se fala sempre. O objetivo era reduzir ou excluir as

práticas que não tivessem por finalidade a reprodução. Com isso, os discursos em torno do sexo diziam não às atividades infecundas, banindo os prazeres paralelos, assim, multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental. Dessa maneira, definiram-se normas do desenvolvimento sexual e se caracterizaram todos os possíveis desvios, organizando-se controles pedagógicos e tratamentos médicos para qualquer anormalidade, portanto, a hipótese foucaultiana era a de que toda essa ordenação e adequação em torno do sexo visava proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora.

Tanto na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global. Sem dúvida, o “contra a natureza” era marcado por uma abominação particular. Mas era percebido apenas como uma forma extrema do “contra lei”; também infringia decretos tão sagrados como os do casamento e estabelecidos para reger a ordem das coisas e dos seres. As proibições relativas ao sexo eram, fundamentalmente, de natureza jurídica. A “natureza”, em que às vezes se apoiavam, era ainda uma espécie de direito. Durante muito tempo os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção. (FOUCAULT, 2015, p.42).

A concepção de que algo era natural serviu para a base do que seria aceito e o que não seria no que dizia respeito ao sexo, de modo que tudo que desviasse do considerado natural era adoecido. Assim, a questão não era repressiva, mas de definição do que era saudável e do que era patológico. Nesse sentido, a medicina adentrou com grande aparato nos prazeres do casal, criando patologias orgânicas, funcionais ou mentais, provenientes das práticas sexuais ditas incompletas, classificou com minúcias todas as formas de prazeres anexos e relacionou-os ao desenvolvimento e às perturbações do instinto.

Com isso:

Há os exibicionistas de Laségue, os fetichistas de Binet, os zoófilos e zooerastas de Krafft-Ebing, os automonossexualistas de Rohleder; haverá os mixoscopófilos, os ginecomastos, os presbiófilos, os invertidos sexoestéticos e as mulheres dispaurênicas. Esses belos nomes de heresias fazem pensar em uma natureza o suficiente relapsa para escapar à lei, mas autoconsciente o bastante para ainda continuar a produzir espécies, mesmo lá onde não existe mais ordem. A mecânica do poder que ardorosamente persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introduz-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem. Exclusão desses milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo. (FOUCAULT, 2015, pp.48 e 49).

Aqui se retorna aos dois grandes modelos de organização médica que marcaram a his-

tória do ocidente, que foram o modelo que resultou do problema da lepra e o modelo utilizado para controlar a peste. Nesse caso, mais especificamente, se verifica o modelo da peste, pois não há a expulsão do indivíduo doente, sua exclusão se dá de outra forma, por meio da classificação de sua condição. Ele é definido como sendo o homossexual, o transexual, o hermafrodita, o exibicionista, o *voyeur*, o que lhe confere um lugar determinado de exclusão dentro da própria sociedade, dessa forma que o controle ocorre.

De acordo com Foucault, é preciso abandonar a ideia de que as sociedades industriais modernas criaram um momento de maior repressão sexual. Houve na verdade uma profusão de sexualidades heréticas, bem como o surgimento de um dispositivo bem diferente da lei, que assegurava a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas. Assim, nunca houve tantos centros de poder, tanta atenção manifesta e prolixa, nem tantos focos onde estimular a intensidade dos prazeres e a insistência dos poderes para se disseminarem mais além.

No século XIX surge uma ciência sexual (*scientia sexualis*), conhecida por sexualidade, em que se dava uma roupagem científica ao saber relacionado ao sexo. Assim havia duas frentes de estudo sobre o sexo, uma biológica, fundada na reprodução e em uma normatividade científica geral, e, a outra ligada à medicina. Com base nisso, Foucault revela que o sexo não foi somente objeto de sensação e prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e falsidade, tendo se constituído em objeto de verdade.

A história da sexualidade deve ser vista sob a ótica da história dos discursos, o que se procurava com a ciência sexual era a produção de sua verdade. A sexualidade foi dominada por processos patológicos, que solicitavam intervenções terapêuticas ou de normalização. Foucault define alguns dos mecanismos da discursividade científica utilizados pela sexualidade, são eles, a técnica de escuta, postulado de causalidade, princípio de latência, regra da interpretação e imperativo de medicalização.

3 DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE

Foucault entende que o estudo a respeito das relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo deve desconsiderar uma representação jurídica e negativa do poder, por isso, a proposta é que não se pense o poder em termos de lei, de interdição, de liberdade e de soberania. Assim, para o filósofo, nas sociedades modernas o poder não regeu a sexualidade ao modo da lei e da soberania. Nesse sentido, a medida que se assume esta proposta, ou seja, conceber uma interpretação do poder sem princípios implícitos no sistema do direito e na forma da lei, se passa a considerar assim, outra teoria do poder, outra concepção do poder, em que o sexo não tem lei e o poder não tem rei.

Dessa forma, para Foucault (2015, pp.100 e 101), o poder:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de

correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações, forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. A condição de possibilidade do poder, em todo caso, o ponto de vista que permite tornar seu exercício inteligível até em seus efeitos mais periféricos e, também, enseja empregar seus mecanismos como chave de inteligibilidade do campo social não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania de onde partiriam formas derivadas e descendentes; é o suporte móvel das correlações de forças que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis. Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autorreprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

Assim, Foucault inverte a fórmula e diz que a política é a guerra prolongada por outros meios. Portanto, o poder deve ser entendido a partir das seguintes características: 1) ele não é algo que se adquira, ele se exerce em meio a relações desiguais e móveis; 2) as relações de poder são imanentes a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais), são os efeitos dos desequilíbrios e desigualdade que se produzem nestas relações; 3) além disso, o poder vem de baixo, “isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social,” (FOUCAULT, 2015, p.102); 4) as relações de poder são ainda, e ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas; assim, para Foucault, o poder não resulta da escolha ou da decisão de um único indivíduo, nem de uma equipe que preside sua racionalidade, nem de uma casta que o governe, nem de grupos que controlam os aparelhos do Estado, nem daqueles que tomam as decisões econômicas mais importantes; 5) finalmente, outra característica é que onde há poder há resistência.

Contudo, tratando do tema dos dispositivos ligados à sexualidade, Foucault estabelece que a partir do século XVIII, surgem quatro grandes conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder sobre o sexo, que são a histerização do corpo da mulher; a pedagogização do sexo da criança; a socialização das condutas de procriação e a psiquitrização do prazer perverso. Ao longo do século XIX, aumenta a preocupação em torno do sexo e dessas quatro figuras de saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal

malthusiano e o adulto perverso.

Com isso, a respeito das perversões, Foucault (2015, pp.128 e 129) revela que:

A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX. Inovações que se articulavam facilmente, pois a teoria de “desgenerescência” permitia-lhes referirem-se mutuamente num processo sem fim; ela explicava de que maneira uma hereditariedade carregada de doenças diversas – orgânicas, funcionais, pouco importa – produzia, no final das contas, um perverso sexual (faça-se uma busca na genealogia de um exibicionista ou de um homossexual e se encontrará um ancestral hemiplégico, um genitor tísico ou um tio com demência senil): mas explicava, também, de que modo uma perversão sexual induzia um esgotamento da descendência – raquitismo dos filhos, esterilidade das gerações futuras.

Foucault é persistente ao dizer que não se tratava de uma teoria, a ideia de perversão-hereditariedade-degenerescência constituiu a matriz das novas tecnologias do sexo. Essa concepção foi amplamente implantada. Toda uma prática social se pautou sobre o racismo de Estado, foi assim que se usou a psiquiatria, a jurisprudência, a medicina legal, as instâncias de controle social, a vigilância das crianças perigosas ou em perigo, todas baseadas no sistema perversão-hereditariedade-desgenerescência, dando a essa tecnologia do sexo um poder sem precedentes.

Foi na família burguesa, ou aristocrática, que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina; ela foi alertada, primeiramente, para a patologia possível do sexo, a urgência em vigiá-lo e a necessidade de inventar uma tecnologia racional de correção. Foi ela o primeiro lugar de psiquiatrização do sexo. Foi quem entrou, antes de todas, em eretismo sexual, dando-se a medos, inventando receitas, pedindo o socorro das técnicas científicas, suscitando, a fim de repeti-los para si mesma, discursos inumeráveis. A burguesia começou considerando que o seu próprio sexo era coisa importante, frágil tesouro, segredo de conhecimento indispensável. A personagem investida primeiramente pelo dispositivo de sexualidade, uma das primeiras a ser sexualizada, foi, não devemos esquecer, a mulher ociosa, nos limites do mundo – onde sempre deveria figurar como valor – e da família, onde lhe atribuíam novo rol de obrigações conjugais e parentais: assim apareceu a mulher nervosa, sofrendo de vapores; foi aí que a histerização da mulher encontrou seu ponto de fixação. Quanto ao adolescente, desperdiçando em prazeres secretos a sua futura substância, e à criança onanista que tanto preocupou médicos e educadores, desde o fim do século XVIII até o fim do século XIX, não era o filho do povo, o futuro operário, a quem se deveria ensinar as disciplinas do corpo; era o colegial, a criança cercada de serviçais, de preceptores e de governantas, e que corria o risco de comprometer menos uma força física do que capacidades intelectuais, que tinha o dever moral e a obrigação de conservar, para sua família e sua classe, uma descendência sadia. (FOUCAULT, 2015, pp.131 e 132).

O que se percebe, por meio dos estudos de Foucault, é que muitos dos temas ligados

aos hábitos de casta da nobreza aparecem de novo na burguesia do século XIX, mas sob o viés de preceitos biológicos, médicos ou eugênicos. As preocupações em juntar os casais em laços matrimoniais, não estavam somente nas promessas de herança, imperativos econômicos e regras de homogeneidade social, mas também nas ameaças da hereditariedade, ou seja, os genes que seriam herdados de cada parceiro.

Outro objetivo que reforçava essas preocupações era o projeto de expansão infinita da força, do vigor, da saúde e da vida, propiciando o crescimento e estabelecimento da hegemonia burguesa. Como prova:

Testemunhos disso são as obras publicadas em número tão grande, no fim do século XVIII, sobre a higiene do corpo, a arte da longevidade, os métodos para ter filhos de boa saúde e para mantê-los vivos durante o maior tempo possível, os processos para melhorar a descendência humana; eles atestam, portanto, a correlação entre essa preocupação com o corpo e o sexo e um certo racismo. Mas este é bem diferente do manifestado pela nobreza, ordenado em função de fins essencialmente conservadores. Trata-se de um racismo dinâmico, de um racismo da expansão, embora só encontrado ainda em estado embrionário e tendo tido que esperar até a segunda metade do século XIX para dar os frutos que acabamos provando. (FOUCAULT, 2015, p.137).

Consubstanciando o projeto eugênico, a defesa do vigor físico e da vida se restringia aos considerados os “melhores” da sociedade, que representavam uma elite branca. É nesse momento da obra (*A vontade de saber*), que Foucault adentra de maneira mais clara no tema da biopolítica.

4 A ERA DO BIOPODER

De forma concreta, o poder sobre a vida se desenvolveu a partir do século XVII, caracterizado por duas formas principais: uma que se focou no corpo como máquina, ou seja, no adestramento do corpo, na ampliação de suas habilidades, na extorsão de suas forças, no crescimento de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos, sendo tudo isso assegurado por procedimentos de poder assinalados pelo que Foucault chama de disciplinas anátomo-políticas do corpo humano.

A segunda forma principal de poder sobre a vida, que surge na metade do século XVIII, se concentrou na figura do corpo-espécie, em que havia a preocupação com os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, e com todas as condições que podem fazer esses níveis variar, assim, são assumidos uma série de intervenções e controles entendidos como reguladores formando uma biopolítica da população.

Desse modo, são dois polos de atuação que constituem o biopoder, de um lado as disciplinas do corpo e de outro as regulações da população, é a instalação durante a época clássica, da organização do poder sobre a vida. Período em que há o desenvolvimento de disciplinas diversas: escolas, colégios, casernas, portanto, em que surgem numerosas técnicas para se obter

a sujeição dos corpos e o controle das populações, que inaugura, então, a era de um biopoder.

Para a tese foucaultiana, esse biopoder foi primordial para o desenvolvimento do capitalismo, que só se estabeleceu com a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e ainda, pela adequação dos fenômenos que surgem na nova ideia de população aos processos econômicos. Nesse propósito, foram necessárias as instituições de poder, que garantiam a manutenção das relações de poder; bem como, as técnicas de poder que se faziam presentes em todos os níveis do corpo social, que foram utilizadas por vários tipos de instituições: a família, o exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades.

Com isso, Foucault (2015, p.154) designa a biopolítica como:

O que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhe escapa continuamente. Fora do mundo ocidental, a fome existe numa escala maior do que nunca; e os riscos biológicos sofridos pela espécie são talvez maiores e, em todo caso do que antes do nascimento da microbiologia. Mas o que se poderia chamar de “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas.

Sobre a sociedade normatizadora, Foucault (2015, p.156) assim se pronuncia:

Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. Por referência às sociedades que conhecemos até o século XVIII, nós entramos em uma fase de regressão jurídica; as Constituições escritas no mundo inteiro a partir da Revolução Francesa, os códigos redigidos e reformados, toda uma atividade legislativa permanente e ruidosa não devem iludir-nos: são formas que tornam aceitável um poder essencialmente normalizador.

Portando, o sistema normalizador foi utilizado como mais uma instituição que visa ajustar a vida e as condições que derivam da vida em sociedade, como técnica de poder que disciplina e regula, a fim de os pilares do capitalismo possam se justificar e se desenvolver. Assim, as leis aparecem como normalizadoras da vida, por isso, são criadas leis que abarcam todas as relações que existem na humanidade, isso na sociedade moderna e ocidental.

Nesse sentido, Foucault faz uma crítica aos direitos humanos, dizendo que contra esse poder acima descrito, a luta que se faz se apoia exatamente sobre aquilo no que ele investe, ou seja, na vida e no homem enquanto ser vivo. As reivindicações se dão em torno da vida, entendida como os direitos fundamentais. Assim, a vida como objeto político passa a ser reivindicada e provoca uma luta contra o sistema que tenta controlá-la. Para Foucault, ainda que se façam afirmações de direito: direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, no fundo, o objeto das lutas políticas seria a vida.

Finalmente, sobre o racismo que se forma nesse regime biopolítico, um racismo biologizante, toda a política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade e todas as intervenções ao corpo, na saúde, receberam, portanto, uma preocupação em se proteger a pureza do sangue e priorizar a raça pura.

Para Foucault, o nazismo, essa ordenação eugênica da sociedade, que comportava a extensão e a intensificação dos micropoderes, a pretexto de estatização ilimitada, era acompanhada da exaltação do sangue superior, resultando no genocídio dos outros e o risco de expor a si mesmo a um sacrifício total, produzindo assim, um dos maiores massacres da história da humanidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que se pensa, o sexo, nas sociedades modernas, não foi sinônimo de repressão, pois nunca se falou tanto sobre o sexo, a diferença é que ele passou a ser estudado sobre o viés científico. A ciência sexual, ou sexualidade separou o que era natural do patológico, foram criadas nomenclaturas distintas para definir as perversões sexuais, tudo se fez para que o objetivo do sexo fosse a procriação, esse era seu fim, o que estivesse fora disso era considerado desperdício ou doentio.

Nesse sentido, fica clara a tecnologia de controle por meio do sexo, momento em que Foucault trata do poder, não como algo que se possa adquirir, mas como uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada, o poder vem de baixo, não obedece a uma hierarquia de cima para baixo, ele é horizontal, o poder está na relação e é imanente a todo tipo de relação, e, finalmente, onde há poder há resistência.

Nas relações sexuais também há poder, mas também há poder nos dispositivos de sexualidade. A medicina das perversões e os programas de eugenia criaram tecnologias de poder ligadas ao sexo, que tinham por finalidade manter a pureza da raça. Desse modo, surgiu a ideia da perversão-hereditariedade-desgenerescência, segundo a qual o próprio instituto do casamento era pensado como forma de unir casais que pudessem perpetuar genes fortes e saudáveis para a sua prole.

Portanto, a era do biopoder foi primordial para o desenvolvimento do capitalismo, as tecnologias disciplinadoras e regulamentadoras, próprias do biopoder, serviram para propiciar esse ajuste entre o comportamento da população, sua conduta sexual, inclusive, às necessidades da produção e aos imperativos do mercado, bem como às circunstâncias de poder que existissem à época.

REFERÊNCIAS

CASTELO BRANCO, Guilherme. **Michel Foucault**: filosofia e biopolítica. Belo Horizonte:

Autêntica Editora, 2015;

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012;

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**; trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

_____. **Ditos e escritos**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; trad. Elisa Monteiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976); trad. Maria Emantina Galvão. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010;

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**; trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Microfísica do poder**; trad. Roberto Machado. 25 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008;

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979); trad. Eduardo Brandão; rev. trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975); trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010;

PORTOCARRERO, Vera. **Classificação em saúde mental e biopolítica**. Revista de Filosofia Aurora, v.28, n.45, 2016. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/rf> Acesso em: 22 fev. 2017.

SANDEL, Michael J. **Contra a perfeição: ética na era da engenharia genética**; trad. Ana Carolina Mesquita. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SEX AND POWER: THE BIOPOLITICS IN MICHEL FOUCAULT'S WORK

ABSTRACT

This work aims at studying the biopolitics under the sexuality perspec-

tive. In order to do so a snapshot of Foucault's work was taken, more specifically, from *History of sexuality, v 1, The desire to know*, in which the author shows sex as one of the mechanisms of population control, just like Medicine was used as a technology of power. Thus, the psychiatrization of sex and eugenics programs became the two major innovations of technology of sex in the second half of the 19th century, contributing to the new era of Biopower.

Keywords: Sex. Power. Biopower. Biopolitics. Human rights.